

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

LINGUISTIC PREJUDICE A SCHOOL

Data de aceite: 23/12/2023 | Data de submissão: 10/12/2023

VELOZO, Rozângela, Especialista

SEMEEC, Tefé, Brasil, E-mail: rozangelawsv@hotmail.com

CORTEZÃO, Wesllen, Especialista

SEMEEC, Tefé, Brasil, E-mail: wesllenc@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente trabalho discute o preconceito linguístico em virtude da intensa massificação existente entre as regras da gramática normativa que impõe as noções de *certo errado* no espaço social e educativo. Tem-se com este estudo, o objetivo de identificar as causas do preconceito existente no meio social e escolar, a fim de contribuir para estudos posteriores que apontem soluções para esta problemática que está enraizada no processo de ensino e de aprendizagem, principalmente de Língua Portuguesa. Contudo, a fonte do preconceito linguístico é a língua escrita ensinada na escola que se torna a língua padrão, então acaba se tornando a norma geral que todos devem seguir. Com esses indícios, a escola também é grande colaboradora para o surgimento do preconceito linguístico e, por meio deste, temos a reprodução das desigualdades sociais, sendo que o papel da escola é de conduzir o educando à lucidez e mostrar o caminho para identificar os erros e as ilusões que a sociedade possui. Assim, espera-se que esta pesquisa seja um dos mecanismos de ajuda para uma nova forma de educar a todos aqueles que buscam uma boa educação numa perspectiva de superação do preconceito linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, variação linguística e preconceito.

ABSTRACT:

The aim of this project is to discuss the linguistic prejudice on oral language because of the intense massification between the rules of the normative grammar with rigid conceptions of formal language about what is wrong or right at the school. At first, it has been discussed to understand the prospects around the concepts of language, social interaction and linguistic prejudice. Along to the chapters, there is a sequence of themes: The language and its variation, the occurrences of linguistic prejudice, the sociolinguistic contribution. And some visions about the teaching and prejudice language. One addition of it, is to identify the causes of prejudice that exists in the social and school in order to contribute to further studies point solution. However, the source of prejudice is the writing language taught in school. The matter is to understand the social inequalities, the role of the school to lead the student and a clarity to show the way to identify errors and illustrated. Thus, it is expected that this research is one mechanism to help a new way to educate those who seek a good education the perspective to get over the linguistic prejudice a school.

KEYWORDS: Language, linguistic variation and prejudice.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por tema o Preconceito Linguístico nas escolas tendo como objetivo discutir a importância das práticas sociais, sem a existência de um mal que abarca muitas esferas da sociedade - o preconceito. A partir de pesquisas recentes, constatou-se que a prática do preconceito linguístico no meio social interfere grandemente no ensino e aprendizado do aluno.

A problemática desta pesquisa está em torno das implicações de um preconceito tão arraigado para a convivência, visto que por ser um assunto que se passa no meio social é enfatizado por pressupostos teóricos, os quais se baseiam na história da língua ou na comparação com outras línguas para fomentar uma análise das implicações de considerar um uso como “errado” e não como uma marca social, quando na verdade tem sua lógica explicitada na evolução da língua, ou seja, uma maneira diferente, mas que também pode ser considerada “certa”.

O trabalho busca instigar, de modo reflexivo, a sociedade sobre as implicações de um preconceito tão ou mais cruel do que os considerados, socialmente, como errados, porque disfarça, na tentativa de mascarar o suposto “erro”, com relação a origem do outro, enquanto membro da sociedade.

Tendo em vista os objetivos específicos propostos neste trabalho e diante da problemática, que interfere nas práticas sociais no campo escolar, de sentir a necessidade da implementação na realidade educacional, da possibilidade da quebra de paradigma do preconceito linguístico como forma de conscientizar os interlocutores de Língua Portuguesa.

A metodologia utilizada foi voltada para o método de abordagem indutiva, que estabelece uma proposição com base no conhecimento de certo número de dados singulares, ou seja, parte de dados particulares, inferindo-se a verdade geral. O procedimento metodológico do trabalho está fundamentado na pesquisa bibliográfica, para uma análise crítica sobre a temática da pesquisa.

O artigo busca a divulgação de uma amostra de ocorrências do preconceito linguístico no convívio social e nas escolas municipais de Tefé-AM. A contribuição da sociolinguística para a superação do preconceito e as consequências que o mesmo pode causar na escola e no meio social e por fim mostrar como as instituições de ensino vêm desenvolvendo práticas pedagógicas que possam subsidiar o ponto de equilíbrio entre a língua padrão e coloquial, transmitindo o ensino da língua sem preconceitos e discriminações.

2. O HOMEM E A LINGUAGEM

A linguagem surgiu a partir da necessidade de conservação da existência humana. Ela se desenvolveu por meio do intelecto com o intuito de estabelecer a associação entre os homens. Neste caso, “não surgiu em função da verdade, ou com o fim de esclarecer a verdade” (RIVERA, 2004).

Para Saussure (apostila de Linguística do 2º período/2007), “a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mais esta é necessária para que a língua se estabeleça”. O conjunto de regras, presente na mente/cérebro, dos falantes e todo ser humano nasce com uma gramática internalizada, um dispositivo de aquisição de linguagem que permite criar e compreender um número infinito de sentenças de nossa língua. (CHOMSKY, 1954).

A língua é como algo externo ao homem e que é aprendida por imitação. A linguagem é uma capacidade humana, mediante um cérebro ativo que nos capacita a construir e a entender sentenças nunca antes pronunciadas, mesmo na ausência de instrução dirigida (CHOMSKY, 1954). Dessa maneira, a linguagem humana é um fator preponderante para a nossa formação cultural, assim como, um traço distintivo humano (ARANHA & MARTINS, 1995).

[...] enquanto o animal permanece mergulhado na natureza, o homem é capaz de transformá-la, tornando possível a cultura. O mundo resultante da ação humana é um mundo que não podemos chamar de natural, pois se encontra transformado pelo homem [...] A cultura é, portanto, um processo de autoliberação progressiva do homem, o que o caracteriza como ser de mutação, um ser de projeto, que se faz à medida que transcende, que ultrapassa a própria experiência (ARANHA & MARTINS, 1995).

Segundo Certeau (1995), a natureza humana é entendida como funcional, onde sua essência não pode ser detectada empiricamente. Também aponta a necessidade de que ser humano e ambiente (símbolos, natureza ou outro ser humano) faça parte de um mesmo universo simbólico, pois só assim haverá realmente comunicação.

Os sentidos da linguagem deverão sempre fazer parte da consciência da comunidade em uso, ou seja, a língua cotidiana é o instrumento que soluciona problemas gerados na linguagem. Para tanto, o sentido deve ser explicado em termos de ser: pois o ser, ou substância é a categoria mais universal que liga e une a verdade e a realidade (CASSIRER, 2005).

Deste modo, a interação entre o ser humano e a palavra é o que gera os sentidos. A linguagem, pode criar uma realidade individual, pois a forma como vemos as coisas, o mundo externo, compreende aos resultados dos valores que damos ao que está ao nosso redor. Tudo sempre estará relacionado aos fatos a nossa volta. Os valores mais completos e compreensíveis podem estar diretamente ou intimamente voltados para a nossa vida. Assim se explica a maneira como interagimos com discursos, diálogos, imagens e outras coisas de maneira diferente uns dos outros.

Chomsky (1954), vê a linguagem como o elemento essencial para a manutenção da vida humana. Em grande medida, a linguagem é doadora de vida ao homem. E isso acontece porque ela é capaz de mostrar ao homem que a vida não se limita a estabilidade e a ilusão criada pela verdade. A vida é e está além de toda estabilidade e de toda verdade. A linguagem é criação, repetição e novidade. E por isso o homem provavelmente não possa construir um conhecimento filosófico

apropriado a questões pré-determinadas. A filosofia está condenada a estar sempre numa busca constante sobre o que é como funciona a linguagem.

Assim a linguística representa hoje um campo aberto e em contínua renovação, cujos estudos, a partir de perspectivas diferentes, contribuem para a construção de modelos cada vez mais amplos que considerem os elementos constituintes do fenômeno linguístico (RIVERA, 2004).

2.1 A variação linguística e a realidade

A língua é algo que acompanha o homem, na maioria dos casos, as pessoas não têm conhecimento da sua real complexidade. Por vezes, está associada à comunicação do ser humano, no entanto, por trás de cada indivíduo há uma forma peculiar de usabilidade da língua. É importante salientar que, para que a língua existisse, foi necessário que o homem a colocasse em prática, usando-a para a comunicação.

Segundo Bagno (2003), não se deve cair no erro de tratar a língua como algo morto, não levando em consideração os seus falantes, enquanto sujeitos ativos. A isso pode-se considerar como preconceito linguístico, que fala por si só, quando se tem de fazer um grande esforço para não incorrer no erro de gramáticos tradicionalistas, que estudam a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam. Ou seja, o ser humano modifica a língua conforme a sua realidade e por isso ela nunca para no tempo, está sempre em constante processo de transformação.

Para fins de análise, a língua se divide em língua padrão e não padrão. A língua padrão é usada de maneira formal por autoridades, escritores, jornalistas e que normalmente é ensinada nas escolas. A língua não padrão é aquela falada pelos demais cidadãos, de modo coloquial e sem formalidades linguísticas. Ambos os tipos são de grande valor para o ser humano, mas o problema em questão é que há uma tendência de se hierarquizar tais variações.

A variação linguística é uma temática para estudos e pesquisas que buscam mostrar a verdadeira identidade sociocultural do interlocutor. A análise da variação de uma língua é feita sem valores pejorativos, pois o objetivo é tão somente descrever o uso da língua pela sociedade.

A gramática tradicional, que pressupõe uma homogeneidade da língua, possibilita uma unificação da fala. No entanto, nunca vai existir uma língua falada unívoca; assim como não há um só nível de escolaridade, uma única classe social, nem uma única vivência cultural. Dessa maneira, as pessoas falam diferentemente por serem diferentes, e isso nunca vai mudar.

Segundo Bagno (2002), do ponto de vista exclusivamente científico, não existe erro em língua, o que existe é variação e mudança. Essa variação e mudança não podem ser considerados acidentes de percurso, muito pelo contrário, são constitutivas da natureza de todas as línguas humanas vivas. Além disso, as línguas não variam/mudam nem para “melhor” nem para “pior”, elas não “progridem” nem se “deterioram”: elas simplesmente variam e mudam. A língua portuguesa no Brasil, por

exemplo, não vai nem bem nem mal, ela simplesmente vai, isto é, segue seu impulso natural na direção da variação e da mudança.

Do ponto de vista sociológico, o erro linguístico é antropológico, baseado em uma avaliação no valor social atribuído ao falante, em seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou proibidos, na cor de sua pele, em seu sexo e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais.

Segundo Stubbs (1976), falar “corretamente” é tomado em si como prova de que alguém é bem educado. Esses juízos avaliativos frequentemente se baseiam nos sons vocais que as pessoas emitem. Para Bagno (1999), a abordagem dessa tentativa de atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou “pior” português, deve transcender o respeito a todas as variedades da língua, por simplesmente constituírem um tesouro cultural.

Apesar das mudanças derivadas das perspectivas sociolinguísticas (Bagno, 2002; Neves, 2003; Moraes, 2002; Mattos & Silva, 1995), pode-se constatar que o ensino da língua materna ainda se baseia frequentemente numa tradição prescritiva. Gnerre (1994), afirma que a língua é um sistema que está associado a um patrimônio cultural em que estão envolvidos valores.

Portanto, o valor da variedade linguística está diretamente relacionado ao quanto vale seu interlocutor na sociedade. Assim, o estudo da língua deve considerar questões comportamentais, sendo importante considerar o entendimento do preconceito linguístico que envolve também o preconceito social. Dessa maneira, é preciso reconhecer a existência do preconceito linguístico, para podermos modificar o ensino que vem apenas, ao longo do tempo, discriminar, ou reforçar o preconceito e tornar cada vez mais recorrente a exclusão social.

2.2 Ocorrência de preconceito linguístico

A variação linguística representa papel fundamental no processo identitário do indivíduo. Cada indivíduo apresenta uma forma de falar e de se expressar. Assim a variação linguística representa papel fundamental no processo identitário do indivíduo. Essa identidade pode transformar-se em preconceito a partir do momento em que outros indivíduos não aceitam e respeitam a fala do outro.

Marcos Bagno (1999), afirma que o preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome. A essa, refere-se a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. A ideia de preconceito linguístico está ligada, em boa medida, a confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa.

Além de ser anacrônica como teoria linguística, a Gramática também se constituiu com base em preconceitos sociais que revelam o tipo de sociedade em que ela surgiu. Os preconceitos vêm sendo sistematicamente denunciados e combatidos desde o início da era moderna. Como produto intelectual de uma sociedade aristocrática, escravagista, oligárquica, fortemente hierarquizada, a Gramática Tradicional adotou como modelo de língua o uso característico de um grupo restrito.

Por causa de seus preconceitos sociais, os primeiros gramáticos consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada e aristocrática falavam bem a língua. Com isso, todas as demais variedades regionais e sociais foram consideradas feias, corrompidas, defeituosas e pobres.

Segundo Bagno (2003), o menosprezo, o rebaixamento, a ridicularização da língua, ou a variedade da língua empregada, era equivalente a menosprezá-lo, rebaixá-lo enquanto pessoa da sociedade. Essa assertiva se aplica na realidade de pessoas que não falam o português padrão, sendo chamadas de caipiras, sem escolaridade, inferiores, como uma forma de ridicularizar aqueles que não seguem a norma culta.

Desse modo, o português não-padrão é mais funcional, não se preocupa com regras técnicas, formas arcaicas e que dificultam a transmissão da mensagem. Salientando que seu objetivo é simplesmente possibilitar a viabilidade de transmitir uma informação. Cada um é livre para escolher a forma com a qual quer se comunicar, o problema está no fato de que as variedades linguísticas não são respeitadas e ainda são estigmatizadas como erradas, criando, assim, o preconceito linguístico.

Diante da visão preconceituosa, as escolas não reconhecem a existência de uma multiplicidade de variedades de português e tenta impor a norma-padrão sem procurar saber em que medida ela é na prática uma “língua estrangeira” para muitos alunos (BAGNO, 2004).

Para Bagno (2004), a linguagem é um fenômeno social e está ligada ao processo de dominação, tal como o sistema escolar, que é a fonte da "dominação linguística". A ligação indissolúvel entre linguagem, escrita e educação com os processos de dominação, segundo o autor, é a fonte do preconceito linguístico, pois a língua escrita veiculada pela escola se torna a língua padrão, que se torna norma geral que todos devem seguir, mas o seu modelo se encontra entre os setores privilegiados e dominantes da sociedade. Assim, ele conclui que a escola é a base do preconceito linguístico, que reproduz as desigualdades sociais.

3. A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

Nas escolas municipais de ensino fundamental, da cidade de Tefé-AM, percebe-se uma vasta diversidade cultural, que serviu como um laboratório de pesquisa e ensino. O caráter de diversidade própria a todas as línguas responde, em qualquer comunidade linguística, pela existência de diferentes tipos de fala e registros. A consequência da organização das sociedades em grupos de diversificadas condições socioeconômicas, possibilita essas variedades linguísticas entre seus membros, que acabam revestindo as relações de poder existentes na sociedade. Essas relações refletem a hierarquia desses grupos sociais, causando que determinados falantes são mais desvalorizados que outros.

A Sociolinguística desmistifica a crença comumente difundida de que a língua padrão é melhor, superior às demais. Para Alkmim (2003), o uso da língua, observando essa variedade padrão da comunidade, não pode associar a língua por excelência, a língua-padrão original, como o senso comum faz crer, mas aquela

posta em circulação, na qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes de transmitir suas ideias.

Para Mollica (2004), os princípios da sociolinguística variacionista demonstra como a escola pode trabalhar eficientemente a heterogeneidade da língua, transformando os preconceitos em recursos didáticos levando em consideração os itens em processo de variação e/ou mudança.

Toda essa evidência aponta claramente para a necessidade da escola reconhecer a legitimidade da variedade vernacular dos alunos, a ponto de trabalhar essa diversidade em sala de aula. Dessa maneira, a escola deve mostrar-se não propriamente compassiva, mas detentora do conhecimento, de que vale para seus fins, tanto a variedade prestigiada, quanto outros diferentes fins de comunicabilidade. No entanto, enquanto a escola insistir em negar o caráter sócio-histórico-funcional dessa variedade linguística, ela permanecerá na perplexidade, de resultados de baixo desempenho, do ponto de vista do desenvolvimento dos alunos, diante da competência de uso da língua culta.

A escola ao invés de aproximar de seu público, ela os distancia na crença de que não são capazes de adquirir a competência esperada no uso da língua oficial. As reprovações tem relação com essa falha no uso dessa língua mais prestigiada, bem diferente daquela utilizada no cotidiano do aluno. Essa é, sem dúvida, importante contribuição da pesquisa sociolinguística para se compreender o problema, tendo em vista a necessidade de sua resolução conforme sua especificidade local.

4. AS CONSEQUÊNCIAS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A escola de ensino fundamental pode ser uma realidade aberta a várias concepções de preconceito. De acordo com Bagno (2006), o preconceito linguístico é a atitude que consiste em discriminar uma pessoa devido ao seu modo de falar. Esse preconceito é exercido por aqueles que tiveram acesso à educação formal, com acesso a norma padrão.

As classes sociais dominantes, sob o pretexto de defender a língua portuguesa, acreditam que o falar daqueles sem instrução formal e com pouca escolarização é inapropriado, e carimbam o rótulo de errado. Esse preconceito linguístico é somente uma denominação aceitável para o preconceito social, pois não é a maneira de falar que sofre preconceito, mas a identidade social e individual do falante.

O preconceito linguístico também é uma forma de preconceito social, que causa prejuízos em sala de aula. Quando o preconceito ocorre de forma demasiada acarreta o desinteresse do aluno em aprender o português. A escola precisa livrar-se de alguns mitos, como por exemplo, o de que existe uma única forma “correta” de falar, ou seja, que a fala parece com a escrita e a escrita é espelho da fala.

Bortoni-Ricardo (1984), afirmou que todas as sentenças produzidas pelos falantes de uma língua são bem formadas, independentemente de serem próprias da chamada língua-padrão ou de outras variedades. Essa tentativa de conscientização

a respeito deste problema, não apenas linguístico, mas social, deve ser combatido nas escolas.

O apagamento de uma modalidade em favor de outra é *despersonalizador*, pois o indivíduo, ao ingressar na escola, possui um repertório cultural formado pelo seu meio e, se lhe for dito que tudo o que conhecia (no caso, sua linguagem) é “errado”, perderá sua identidade de lugar, podendo sofrer o preconceito na própria escola. Por isso, é desejável que o aluno não abandone sua modalidade em seu meio, mas mediante a prática da norma culta, aperfeiçoar o uso da língua, que deve ser ensinada para a sua promoção social.

O preconceito tem o poder de atingir as mais diversas classes e camadas diante do seu efeito e conseqüências por toda a sociedade, uma vez que, a existência de racismo, preconceito e discriminação cultural no cotidiano escolar prejudica, direta ou indiretamente, todos os indivíduos, deixando cicatrizes para todos que interagem nesse cotidiano problemático.

Dentre as várias conseqüências em vítimas de atos discriminatórios estão à depressão, baixa autoestima, agressividade, desvios comportamentais, formação debilitada da identidade, além de dificuldades na aprendizagem. Dentre as conseqüências advindas do preconceito estão a dificuldade de se relacionar, atitudes de competição, agressão e violência no cotidiano escolar, comprometimento do senso crítico e ético, sentimento de inferioridade e superioridade, inadequação social, potencial comprometido e fracasso escolar.

Nesse momento, o preconceito cumpre o seu papel, mobilizando nas suas vítimas sentimentos de fracasso e impotência, impedindo-as de desenvolver autoconfiança e auto-estima (FERREIRA, 2000). Os alunos que se formam nesse ambiente escolar preconceituoso reproduzem o preconceito em suas famílias, em seu círculo de amigos, em seu trabalho, afetando a própria consciência, que perpetua os preconceitos.

Os indivíduos preconceituosos propagam ideologias racistas, a permanência das desigualdades sociais e culturais, a violência no espaço escolar e ainda potenciais sub aproveitados, são algumas das conseqüências que a sociedade suporta, ao permitir através de ação ou omissão o preconceito no ambiente escolar.

A escola sendo um ambiente social interativo necessita de atitudes que visem à formação de cidadãos com valores, para respeitarem as pessoas e suas diferenças. Essa meta escolar deve propor ações inclusivas e reavaliar os impactos sociais futuros, na busca pela proposição de uma educação sem fronteiras.

Para Bagno (2003), a mídia poderia ser um elemento de combate ao preconceito linguístico, porém é hoje o pior propagador deste preconceito. Enquanto os estudiosos, os cientistas da linguagem, alguns educadores e até os responsáveis pelas políticas oficiais de ensino já assumiram posturas mais democráticas e avançadas em relação ao que se entende por língua e por ensino de língua, a mídia reproduz um discurso extremamente conservador e preconceituoso sobre a linguagem.

Nas escolas busca-se por solução de ensinar os alunos que a língua não é hegemonia, pois está predisposta a modificações constantemente, e quem a faz é cada um de nós. A língua não é um corpo estável de pessoas ou de lugares, que possibilitam agregar diferentes modos de falar, de formatos diferentes. A melhoria dessa relação da usabilidade da língua, pode facilitar o relacionamento da escola com o aluno, diante da língua portuguesa, vendo-a mais próxima do seu cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociolinguística nos ensina que onde tem variação linguística, também tem avaliação social. A sociedade é hierarquizada e, conseqüentemente, todos os valores culturais e simbólicos que nela circulam estão dispostos em categorias hierárquicas que vão do “bom” ao “ruim”, do “certo” ao “errado”, do “feio” ao “bonito”.

O conhecimento da gramática normativa realmente é necessário, não para ditar o certo e o errado, mas para ter o poder de desconstruir a “mistificação” existente ao redor desta disciplina que causa medo e repulsa aos alunos, ou seja, deve-se buscar maneiras de ampliar o horizonte do educando, contudo sempre levando em conta a sua experiência.

A tarefa de ensino da língua na escola cabe partir da discussão crítica dos valores sociais atribuídos a cada variante linguística, chamando a atenção para a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação.

O profissional da educação precisa reconhecer os fenômenos linguísticos que ocorrem em sala de aula, o perfil sociolinguístico dos alunos para, junto com eles, empreender por uma educação voltada a língua materna. Essa medida deve levar em conta o saber linguístico prévio dos aprendizes, possibilitando a ampliação do seu repertório verbal e de sua competência comunicativa, na construção de relações sociais permeadas pela linguagem, que não seja discriminatória.

Portanto, o preconceito linguístico disposto na sociedade e na escola não pode apenas ser entendido, mas após a sua detecção deve-se buscar por respostas para a proposição de soluções possíveis, na tentativa de corrigir os equívocos no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia. **Sociolinguística**. In: Mussalim, F.; Enes, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & Martins, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1995.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 34ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **Linguagem Materna**: letramento, variação e ensino/ Marcos Bagno, Gilles Gagné, Michael Stubbs. – São Paulo: Parábola, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Problemas de comunicação interdialetoal, em Sociolinguística e ensino do vernáculo**. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 78/79, 1984.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: Introdução a uma filosofia da cultura, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa V. **Contradições no ensino de português**. São Pulo; Contexto, 1995.

MOLLICA, M.C. de M; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística variacionista, o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

RIVERA, Silvia. **Friedrich Nietzsche**: metafísica, mitologia e linguagem. IN: *Cadernos Nietzsche*, n. 17, 2004.

STUBBS, Michael. **Language, schools and classrooms**. London, Methuen, 1976.

NEVES, M.H. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto 2003.